

Não haverá desindexação, diz Delfim

A mais grave decisão do governo brasileiro para fechar o "pacote" de medidas, elaborado intensamente nas últimas duas semanas com o objetivo de reduzir o déficit público e combater a inflação — retirar ou não dos índices de preços os efeitos dos cortes nos subsídios —, tomou forma na noite de ontem em Brasília, após mais uma longa reunião entre as principais autoridades da área econômica. "Não existe a idéia de desindexar coisa nenhuma", disse o ministro Delfim Netto ao editor Walter Marques ao deixar seu gabinete no Palácio do Planalto, às 22 horas de ontem. E ironizou: "O que nós estamos fazendo é reduzir os subsídios e, para isto, estamos indexando os juros do crédito para o setor agrícola à correção monetária".

O ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, que também saía da reunião, falou no mesmo sentido: "Não existe nada sobre isto". Ao



Delfim Netto

final da tarde, porém, antes de entrar para a reunião com Delfim, Galvêas dissera à repórter Cláudia Safatle que persistia uma "indefinição" quanto a esse aspecto das medidas. "Quem está cuidando disso é o ministro Delfim Netto. Eu estou inocente", disse Galvêas.

A expectativa pelo novo "pacote" continuou a se refletir ontem sobre o mercado paralelo, onde o dólar saiu da casa dos Cr\$ 780 e chegou a ser negociado a Cr\$ 835, fechando a Cr\$ 830 para venda em São Paulo e a Cr\$ 820 no Rio de Janeiro. Na sua esteira, o ouro subiu nada menos de 5,5% no mercado físico, alcançando a cotação de Cr\$ 11.400 o grama no final da tarde. As corretoras estão saindo de suas posições em ORTN com cláusula cambial e investindo em ouro.

(Ver página 12)

Em São Paulo, diversas fontes do setor privado e observadores da política econômica que estiveram ontem ou com o presidente Figueiredo ou com o ministro Delfim Netto revelaram a impressão de que havia uma discussão no seio do governo quanto à decisão de se fazer ou não a desindexação. Com efeito, os

autores das medidas, no meio de seu trabalho, surpreenderam-se com a observação de que a retirada dos subsídios, como forma de reduzir o déficit público, poderia ser um verdadeiro tiro pela culatra. Ao projetar aumentos de preços sobre a correção monetária, pela qual é corrigida a dívida pública, o corte nos subsídios poderia resultar num aumento do déficit, uma vez que, pelos critérios do FMI, o aumento da dívida é déficit, segundo confirmaram assessores do ministro Delfim Netto à repórter Cíntia Sasse.

A discussão não parece encerrada. O senador Roberto Campos, ex-ministro do Planejamento, revelou, ontem à noite, ao editor Getúlio Bittencourt que, no discurso de estréia que fará hoje no Senado Federal, vai defender a desindexação dos salários e apresentar projetos de lei nesse sentido. Outro ex-ministro, o professor Octavio Gouvêa de Bulhões, até hoje membro do Conselho Monetário Nacional, defendeu ontem, ao sair de uma audiência com o ministro Delfim Netto, em Brasília, a adoção de "medidas radicais", entre as quais incluiu "suprimir todos os subsídios e promover a desindexação". Também no Rio, uma fonte da área financeira privada com ligações na comunidade financeira internacional disse ao editor Reginaldo Heller que é a favor dos expurgos dos aumentos de preços tanto sobre o INPC quanto sobre a correção monetária.

A decisão final sobre as medidas do "pacote" deverá ser tomada hoje pelo presidente Figueiredo, revelou ontem o ministro Delfim Netto. "O que ele aprovar, nós faremos", disse, e anunciou que para isto deverá reunir o Conselho Monetário Nacional amanhã.

(Ver página 3)